



## **Participação Social em Foco: estratégias mobilizadas pelos atores sociais nas negociações dos royalties do petróleo para financiamento das políticas públicas de seu interesse.**

*Patricia Helena Barbosa Azevedo, Joseane de Souza*

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 oferece a possibilidade de participação social em todas as fases do planejamento, como um direito do cidadão brasileiro, significando dizer que há a possibilidade de participação social desde a fase da identificação de problemas e formação da agenda (inclusive da agenda decisória) até a tomada de decisão sobre a extinção de uma política pública. Apesar da possibilidade de participação, é sabido que a mesma é condicionada por uma série de fatores, como a resistência dos políticos em relação à participação e controle social, a resistência do poder público em criar instâncias de participação, o controle do poder público sobre as instâncias de participação, o descaso do poder público em relação às decisões tomadas nas instâncias de participação, mesmo naquelas de natureza deliberativa, a desigualdade – de classe, gênero, raça, território, educação – no acesso aos espaços de participação e às informações, a disponibilidade de recursos para financiar a participação social; e o baixo envolvimento político da população. Este artigo visa interpretar os condicionantes da participação social em cada uma das fases do ciclo de políticas públicas e conseqüentemente, nos processos decisórios acerca da destinação das rendas petrolíferas nos municípios produtores de petróleo da Bacia de Campos abrangidos pela PEA-TP (Programa de Educação Ambiental – Territórios do Petróleo), a saber: Arraial do Cabo, Armação dos Búzios, Cabo Frio, Carapebus, Casimiro de Abreu, Campos dos Goytacazes, Macaé, Quissamã, Rio das Ostras e São João da Barra. Considerando que todos esses municípios são beneficiários, e inclusive bastante dependentes, das rendas petrolíferas (royalties e participações especiais) espera-se analisar a capacidade de articulação política dos atores sociais em torno do planejamento e gestão orçamentária dos royalties em seus municípios de atuação das respectivas estruturas de participação social, bem como aferir suas capacidades de compreensão acerca do jogo político e das questões de interesse, por meio de levantamentos e rodas de conversas nessas estruturas, verificando se há uma participação efetiva nesses municípios.

*Instituição do Programa de IC, IT ou PG: Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA-BC) - T*

*Fomento da bolsa (quando aplicável): Petrobrás*